

12

REGISTRO DOS DEBATES
DA 57ª REUNIÃO ANUAL

CADERNOS SBPC



Cidades e
Violência

2005

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

Diretoria 2005/2007

Presidente Ennio Candotti

Vice-Presidentes Dora Fix Ventura e Celso Pinto de Melo

Secretário-Geral Lisbeth Kaiserlian Cordani

Secretários Ingrid Sarti, Maria Célia Pires Costa e Osvaldo B.E. Sant'Anna

1º Tesoureiro Peter Mann de Toledo

2º Tesoureiro Suely Druck

Presidentes de Honra

Aziz Nacib Ab'Saber
Crodowaldo Pavan
Ennio Candotti

José Goldemberg
José Leite Lopes
Oscar Sala

Ricardo Ferreira
Sérgio Henrique Ferreira
Warwick Estevam Kerr

Conselho | Membros efetivos

Aziz Nacib Ab'Saber
Crodowaldo Pavan
Ennio Candotti

Glaci Zancan
José Goldemberg
Oscar Sala

Sérgio Henrique Ferreira
Warwick Estevam Kerr

Área A

Lúcio Flávio de Faria Pinto (PA) (2003/07)
Antônio José Silva Oliveira (MA) (2005/2009)
Luís Carlos de Lima Silveira (PA) (2005/2009)

Área D

Alzira Alves de Abreu (RJ) (2003/2007)
Ildeu de Castro Moreira (RJ) (2003/2007)
Roberto Lent (RJ) (2005/2009)

Área B

Gizélia Vieira dos Santos (BA) (2003/2007)
Lúcio Flávio de Sousa Moreira (RN) (2003/2007)
José Antonio Aleixo da Silva (PE) (2005/2009)
Lindberg Lima Gonçalves (CE) (2005/2009)
Mário de Sousa Araújo Filho (PB) (2005/2009)
Willame Carvalho e Silva (PI) (2005/2009)

Área E

Antônio Flávio Pierucci (SP) (2003/2007)
Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (SP) (2003/2007)
Marilena de Souza Chauí (SP) (2003/2007)
Regina Pekelmann Markus (SP) (2005/2009)

Área C

João Cláudio Todorov (DF) (2003/2007)
Maria Stela Grossi Porto (DF) (2003/2007)
Fernanda A. da F. Sobral (DF) (2005/2009)
Lúcio Antonio de Oliveira Campos (MG) (2005/2009)
Paulo Sérgio Lacerda Beirão (MG) (2001/05)

Área F

Dante Augusto Couto Barone (RS) (2003/2007)
Carlos Alexandre Netto (RS) (2005/2009)
Euclides Fontoura da Silva Jr. (PR) (2005/2009)
Zelinda Maria Braga Hirano (SC) (2005/2009)

Secretários Regionais e Seccionais | Mandato 2004/2006

Área A

Rosany Piccolotto Carvalho (AM)
Antonio José Silva Oliveira (MA)
Silene Maria Araújo de Lima (PA)

Área D

José Geraldo Mill (ES)
Maria Lúcia Maciel (RJ)

Área B

Caio Mário Castro de Castilho (BA)
Armênio Aguiar dos Santos (CE)
Telmo Silva de Araújo (PB)
Ivan Vieira de Melo (PE)
Joaquim Campelo Filho (PI)
Nelson Marques (RN)

Área E

Soraya Soubhi Smaili (SP)

Área F

Marcos César Danhoni Neves (PR)
Izaura Hiroko Kuwabara (Seccional de Curitiba)
Rita Maria Sílvia Carnevale (RS)
Mário Steindel (SC)

Área C

Cezar Martins de Sá (DF)
Reginaldo Nassar Ferreira (GO)
Robson Mendes Matos (MG)

REGISTRO DOS DEBATES
DA 57ª REUNIÃO ANUAL

CADERNOS SBPC



**Cidades e
Violência**

2 0 0 5

Cidades e Violência

Cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas na 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Coordenação editorial

Alicia Ivanissevich

Reportagem

Cáthia Abreu

Fred Furtado

Patrícia Freitas

Thaís Fernandes

Valéria Martins-Stycer

Revisão

Roberto Barros de Carvalho

Projeto gráfico e diagramação

Ana Luisa Videira

Fotolito e Gráfica

Gráfica Miscal

Considerações sobre a prática científica	7
Medo e terror	9
Grades da violência.....	18
O grito dos excluídos	25
Expressões da violência.....	30
Uma população em movimento	43

Considerações sobre a prática científica

Em 2004, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se propôs um desafio: documentar em seis cadernos temáticos os principais debates ocorridos durante sua reunião anual, realizada então em Cuiabá (MT). Mesmo que incompleto, esse primeiro registro permitiu traçar um panorama das principais questões científicas de amplo interesse nacional, cujo impacto é sentido por toda a sociedade. Acreditamos que o conjunto das publicações tenha sido útil para discussões de relevância travadas no Congresso, e para responder a perguntas recorrentes tanto na comunidade científica quanto na sociedade .

Este ano não poderia ser diferente e, para continuar contribuindo com esse necessário e importante debate, apresentamos uma nova série de cadernos, com destaque para o tema que inspirou o título da 57ª Reunião Anual: 'Do sertão, olhando o mar: cultura e ciência'. Desta vez, a tarefa foi entregue a cinco repórteres que se desdobraram com anotações e gravadores pelas salas da Universidade Estadual do Ceará (Uece), em Fortaleza, para tentar alcançar um cenário o mais próximo possível do real, registrando inclusive depoimentos da platéia. Mais uma vez, cabe ressaltar que esta é uma versão preliminar — não revista pelos conferencistas e demais participantes — que pretende apenas ser inspiradora para o prosseguimento das discussões. Esperamos assim estar alimentando a reflexão da prática científica pela sociedade.

Coordenação editorial

Medo e terror

Os debates sobre a violência contemporânea e a sua visualidade na sociedade ganharam espaço durante a 57ª Reunião Anual da SBPC. Em simpósio organizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) intitulado 'Antropologia e imagem: medo e terror, exclusão e violência no contexto contemporâneo', o tema foi abordado sob três perspectivas distintas com três focos diversos: os crimes de pistolagem no sertão, a cultura do medo nos grandes centros urbanos e a guerra no Iraque veiculada pela mídia.

A socióloga Peregrina Capelo, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), apresentou os resultados de sua pesquisa de doutorado sobre os crimes de pistolagem no sertão cearense, publicada recentemente com o título *Como se faz um pistoleiro*. "A cultura, a história e a economia cearense nasceram nos sertões para depois ir para o mar. Fortaleza, portanto, é uma cidade modernosa, mas ainda é um grande sertão, porque quem mora em Fortaleza nasceu no sertão ou os pais ou os avós nasceram no sertão", disse a professora da UFC. Sertaneja da cidade de Quixadá e embalada na sua infância por histórias de vinganças privadas, Capelo só foi perceber a importância desse fenômeno na cultura nordestina já crescida, casada e mãe, lendo as colunas policiais de jornal, em tempos de eleições, ao ver a notícia de um

crime de pistolagem. Sua intuição sobre a presença de tal conduta se confirmou depois de perguntar aleatoriamente às pessoas se já tinham ouvido falar de pistolagem. Segundo a socióloga, todo mundo sabia o nome de um pistoleiro famoso, tinha algum parente que fora assassinado por crime de pistolagem ou sabia de alguma história relacionada a esses eventos. Foi então que ela resolveu pesquisar o fenômeno.

Para compreender as conformações da pistolagem, Capelo teve que fazer uma espécie de arqueologia da cultura da violência, ou da violência da cultura no sertão cearense. Segundo ela, as regiões onde se concentram até hoje os crimes desse tipo

“Depois dessa lavagem de nosso território pelo sangue indígena, tivemos outro momento de privatização da violência, que foram os exércitos dentro das fazendas. A partir daí, nasce uma nova categoria — o ‘matador’.”

Peregrina Capelo
Socióloga da Universidade
Federal do Ceará

no estado são os vales do Jaguaribe (no norte) e do Acaraú (na região centro-sul). “São lugares ribeirinhos, onde passam os dois grandes rios do Ceará”, explicou. “A cultura econômica e a forma de adentrar o espaço geofísico do estado se deram através da cultura do gado, no fim dos seiscentos, começo dos setecentos, para a tomada de posse das sesmarias — através dos sesmeiros que vinham da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas, do Piauí, do Rio Grande do Norte e até de São Paulo”, relatou a pesquisadora.

Nesse período de colonização do território cearense, de difícil penetração devido à sua composição contornada por chapadas, Capelo identifica o primeiro momento de violência: “O colonizador, quando lá chegou, teve, primeiramente, que exterminar boa parte da população indígena que povoava a região; a maioria foi barbaramente assassinada. A barbaridade foi tão absurda que, na área, todas as pequenas cidades, os vilarejos têm nomes de chacinas de índios. Há, inclusive, um lugar que até hoje se chama ‘riacho de sangue’.”

Justamente os índios que sobraram, já destribalizados, foram morar nas sesmarias, grandes latifúndios para o cultivo do gado. São eles que Capelo aponta como os primeiros ‘cabras’, que passaram a constituir, em um segundo momento, os exércitos particulares das fazendas. “Depois dessa lavagem de nosso território pelo sangue indígena, tivemos outro momento de privatização da violência, que foram os

exércitos dentro dessas fazendas. A partir daí, nasce uma nova categoria — o ‘matador’”, contou a professora da UFC. Esses exércitos particulares, segundo ela, eram, para os coronéis, uma forma de garantia de manutenção e aumento do seu território; afinal, nesses lugares, quanto mais terra se tinha, mais gado, mais poder e mais dinheiro se acumulava.

Os três tipos de pistoleiros

Nesse contexto surgiram os ‘pistoleiros’, que, de acordo com Capelo, assumiriam três tipos de conformação de pistoleiros que hoje se encontram misturados, permeáveis. O primeiro tipo é o ‘pistoleiro de honra’, que mora na fazenda do patrão e tem uma relação afetiva e de dependência muito grande com ele, que a pesquisadora chama de “amizade religiosa”.

Para Capelo, é essa primeira configuração que vai produzir, de maneira muito subliminar, a subjetividade necessária para a constituição desse ser, desse corpo pronto para matar e com pouca culpa, e que está presente em frases como ‘fulano de tal morreu de morte matada’, ‘foi um tiro certo bem no relógio’ (no coração), ‘matar de emboscada é covardia’, ‘todo mundo sabe quem mandou matar, só que ninguém mexe’, ‘o pistola está acoitado na fazenda de fulano de tal’, ‘mataram o coitado bem na frente da família’, ‘quem mandou ele fazer enxame, só podia dar em morte’, ‘pela lei não tem jeito de se consertar essa história, só mandando matar’, ‘fulano de tal está atrapalhando os planos do político (do prefeito) e vai acabar morrendo’, ‘qualquer dia ele vai pra terra dos pés juntos’ (para dentro do caixão), ‘nas festas daquele lugar, sempre alguém tem que levar uma rede pra carregar o furado’. Ouvem-se também frases corriqueiras como ‘se eu pudesse, eu matava fulano ou mandava matar’.

O segundo tipo de pistoleiro, que apareceu um pouco depois, é o ‘profissional’. “Esse tipo não reside mais na fazenda, porque ele não pode mais ter tanta visibilidade, não é mais agregado de um exército particular. Ele é geralmente colocado em um sítio perto da cidade, com uma vaquinha, um cavalinho. Todo mundo faz vista grossa, mas todos sabem que ele é pistoleiro”, descreveu a socióloga da UFC. Justamente por não ter mais aquela relação de afetividade com uma fazenda e um fazendeiro específico, ele foi batizado por Capelo como ‘corpo rolante’, pois é um corpo que roda o Brasil, tem a sua autonomia, pode estar em qualquer lugar, só depende do serviço para o qual ele é chamado.

Segundo a professora da UFC, o terceiro tipo de pistoleiro, mais contemporâneo e sem o arcabouço ético daquele de ‘honra’ — que matava, mas não roubava —, é o ‘bandido ou *high tech*’, que anda de moto, que usa armas poderosíssimas e que tem um esquema sofisticadíssimo de investigação sobre quem vai ser executado, chamado de ‘armação’.

Para realizar suas pesquisas, Capelo viveu durante dois anos em fazendas do sertão cearense, onde colheu depoimentos de pistoleiros e da comunidade sobre esses pistoleiros. Um achado bastante interessante e que corrobora sua intuição inicial a respeito da força do fenômeno da pistolagem para a configuração de uma subjetividade sertaneja foi o jogo de espelhos vivenciado nesse processo etnográfico. “Ao falar dos pistoleiros, as pessoas da comunidade estavam falando delas mesmas, não existia muita diferença entre esses dois mundos”, destacou. “Foi estudando a pistolagem ou as vinganças e os exércitos privados que eu conheci o Brasil, o Nordeste, o Ceará.” Para a pesquisadora, esse fenômeno é tão vivo e tão presente na cultura brasileira que é possível perceber muitos elementos dessa mentalidade. “Por exemplo, nessa roubalheira que está acontecendo agora, a mentalidade subjacente é muito parecida com a da pistolagem, pois é uma forma de escamotear o sistema, escamotear a legitimidade do estado democrático.”

“Esse fenômeno é tão vivo e tão presente na cultura brasileira que é possível perceber muitos elementos dessa mentalidade. Por exemplo, nessa roubalheira que está acontecendo agora, a mentalidade subjacente é muito parecida com a da pistolagem, pois é uma forma de escamotear o sistema, escamotear a legitimidade do estado democrático.”

Peregrina Capelo
Socióloga da Universidade
Federal do Ceará

A professora da UFC concluiu sua apresentação fazendo uma reflexão prospectiva: “Acho que a pistolagem não vai acabar, ela vai se transformar. O que eu tenho percebido é que, com o empobrecimento dos sertões e a migração que existe nos sertões, a pistolagem tende a se agravar.”

O caso de Porto Alegre

A historiadora e antropóloga Cornelia Eckert, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresentou dados sobre uma pesquisa que vem desenvolvendo com um grupo de antropólogos e estudantes de ciências sociais desde 1997 sobre a violência e a cultura do medo na cidade de Porto Alegre. A preocupação com esses temas advém do fato de a cidade, com cerca de 1,4 milhão de habitantes, apresentar, no final dos anos 90 e início deste século, estatísticas bastante altas de homicídio — 2,5 homicídios por 10 mil habitantes —, o que configura um perfil de alta criminalidade.

“Comecei a refletir sobre o que seriam essas mudanças de nova sociabilidade ou de novos estilos de vida nesse contexto de vulnerabilidade e imprevisibilidade da rotina que tal índice de violência e criminalidade pressupõe”, comentou Eckert. Apesar de a pesquisa ter sido desenvolvida em vários lugares da cidade, com diferentes camadas sociais, através da produção de etnografias e recolhimento de material audiovisual, a antropóloga se voltou especificamente para as experiências das camadas médias e as transformações entre uma sociabilidade do passado e do presente. “Estava tentando dar conta, o tempo todo, do que significava estar vivendo em uma cidade onde a imagem da violência se acelerava em termos de uma estética, de uma arquitetura, especificamente da estética do medo”, contou. Nesse sentido, foi possível delimitar quatro momentos distintos da experiência com a criminalidade em Porto Alegre a partir das entrevistas realizadas com seus moradores.

Em um primeiro momento, que se refere às décadas de 30 e 40, a criminalidade, segundo Eckert, é percebida como atentado ao patrimônio no contexto público: “Há, nos depoimentos, o surgimento de alguns assaltos a mão armada, sobretudo roubos de carros, que começam a ganhar espaço. As pessoas lembram-se também de tumultos no centro da cidade, muitos deles ligados a greves, com destruição de bondes — semelhantes aos nossos atuais quebra-quebras de ônibus — em função da alta de preços.”

A partir dos anos 50 e 60, verifica-se um aumento da criminalidade e o início de um processo de atentado ao patrimônio no contexto privado. “Muitos entrevistados recordam que suas casas, marcadas por cercas vivas e folhagens até então, passaram, a partir dali, a ter muros baixos, em uma tentativa de dificultar o acesso à porta”, relatou Eckert. Na década de 1970, as narrativas aludem à percepção do início do tráfico de drogas, com a explosão do crime organizado e, especialmente, ao medo vivenciado pelo contexto da ditadura. E é somente a partir da década de 1990 que os relatos se

referem essencialmente à presença de assaltos acompanhados de homicídios. “Não se trata mais de um atentado ao patrimônio apenas, mas à própria vida”, ressaltou a antropóloga. “E, sobretudo, a partir de uns cinco, seis anos atrás, nota-se um grande desenvolvimento do *marketing* de venda de sistemas de segurança para imóveis.”

De acordo com a pesquisadora, o acirramento da violência urbana acaba construindo uma especialização desse tipo de estrutura performática, de globalização desse risco, forçando o surgimento de uma indústria de segurança e de novas formas

**“Nessa nova situação,
não podemos mais
refletir sobre
a condição
da sociabilidade
no contexto
contemporâneo, no
Brasil, senão a partir
também dessa
referência ao medo
como constituinte
da estética do
viver cotidiano.”**

Cornelia Eckert

Antropóloga da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

de estetizar (impor uma nova estética nas cidades regida pela cultura do medo) tanto o patrimônio (o que é visível na construção de muros ou no uso de vidros fumês em carros) quanto o movimento público na condução urbana (ditando novas regras de comportamento, como andar atento ou com a bolsa na frente do corpo). Essa situação, a seu ver, coloca a população diante da experiência do medo como um valor, a cultura do medo. “Nessa nova situação, não podemos mais refletir sobre a condição da sociabilidade no contexto contemporâneo, no Brasil, senão a partir também dessa referência ao medo como constituinte da estética do viver cotidiano”, disse Eckert, referindo-se a pesquisas desenvolvidas pelos antropólogos Gilberto Velho, Teresa Caldeira e Alba Zaluar, que abarcam essa problemática sob diferentes perspectivas.

Uma conseqüência importante dessa cultura do medo — que, na opinião de Eckert, está presente nas reflexões do filósofo francês Paul Ricoeur sobre os neoconflitos — é uma condição defensiva, das camadas médias, onde o menor sinal de retrocesso da mudança

adquirida tem como resposta imediata uma defesa que se coloca contra a camada social imediatamente inferior, tendendo a encontrar nela a culpabilidade de toda e qualquer situação de ruptura de seu patrimônio e de suas próprias vidas. A antropóloga avalia que tal postura generalizadora de culpabilização imediata do outro socialmente diferente é alienante e gera uma situação de desconfiança que é aniquiladora de

qualquer cultura e, sobretudo, da possibilidade de sua continuidade, de uma marcha de humanização da humanidade.

O que Eckert sugere, seguindo as pistas de Ricoeur e considerando que a situação de crise é inerente ao contexto contemporâneo, não é a superação imediata da crise, mas a reflexão compreensiva sobre ela, para a superação dos processos de segregação e de ultraje dos direitos sociais. “Qual liberdade queremos projetar, para que a noção de confiança sustente o viver em sociedade?”, questionou. Ao contrário da esquizofrenia que a cultura do medo gera na sociedade, a professora da UFRGS defende a busca de novas referências para construir uma arte de refazer, resistir, reinventar essas práticas a partir da percepção do medo, não apenas como uma ameaça, mas como aprendizado para a elaboração de cotidianos, com previsibilidade, com uma vulnerabilidade mesurada dentro da sociedade contemporânea moderna.

A violência na mídia global

Finalizando o ciclo de debates sobre a violência contemporânea, a antropóloga Carmen Silvia Rial, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apresentou sua pesquisa sobre a cobertura da mídia da guerra no Iraque, buscando dar conta, especificamente, do papel da mulher nesse contexto. O objetivo inicial do estudo era ver até que ponto a cobertura de grandes eventos contribuía para a formação de uma espécie de ‘comunidade global’. “Estava pesquisando isso quando aconteceram os atentados de 11 de setembro de 2001; o que me levou a estudar a cobertura da guerra por essa via”, relatou a professora da UFSC.

Muito estudada por antropólogos, a guerra é comumente descrita nas comunidades primitivas como uma prática essencialmente masculina. Ao voltar o olhar

“Na guerra do Iraque, a despeito da participação das mulheres no exército norte-americano, nas abordagens *imbeed* — feitas por jornalistas que cobriram a guerra junto com as patrulhas norte-americanas, vestindo o uniforme, compartilhando o cotidiano dos soldados etc. —, as mulheres soldados aparecem muito pouco.”

Carmen Silvia Rial
Antropóloga da Universidade
Federal de Santa Catarina

para a sociedade contemporânea ocidental, Rial observou que essa exclusividade deixa de estar presente a partir dos anos 60. “As transformações, que, segundo alguns, estão muito ligadas à contracepção, vão inserir a mulher em diversas esferas, que passa também a querer espaço nos exércitos”, explicou a pesquisadora, que acredita se tratar de uma estratégia de conquista de poder. “A partir dessa década, as mulheres trocam a forma suave de expressar seu poder, mais ligada à discussão, pela ação. É isso que permite que existam hoje mulheres na guerra.”

“Qual é o poder que essas fotos trazem para esses homens? Sem dúvida, são troféus. A violência sofrida fisicamente renova-se simbolicamente. A cada acesso aos *sites* que divulgam essas imagens, as mulheres são novamente estupradas, agora de modo virtual.”

Carmen Silvia Rial
Antropóloga da Universidade
Federal de Santa Catarina

Rial ressaltou que, na guerra do Iraque, a despeito da participação das mulheres no exército norte-americano, nas abordagens *imbeed* — feitas por jornalistas que cobriram a guerra junto com as patrulhas norte-americanas, vestindo o uniforme, compartilhando o cotidiano dos soldados etc. —, as mulheres soldados aparecem muito pouco. Duas delas chamaram a atenção da pesquisadora: Jessica Lynch e Lynndie England. “A primeira foi seqüestrada por árabes no Iraque e resgatada de maneira cinematográfica pelas tropas norte-americanas e que apareceu como santa livrada das mãos de bárbaros”, destacou Rial. “A segunda foi a tenente que apareceu nas fotos de denúncia de tortura de prisioneiros iraquianos por soldados norte-americanos e acabou sendo construída pela mídia como uma ‘feiticeira’.”

Mas, segundo a antropóloga, o que mais a interessou na cobertura da guerra não foram tanto as imagens das mulheres veiculadas mas a falta delas. “Interessei-me, particularmente, pela não-divulgação de imagens de estupros de mulheres iraquianas por soldados norte-americanos. Temos aí um grande silêncio que difere da forma tão prolixa como se divulgam casos no Ocidente. O silêncio, nesse caso, é uma expressão da culpabilização da vítima”, apontou a professora da UFSC.

Nesse sentido, Rial propôs mostrar algumas dessas ‘não-imagens’ de estupros, não divulgadas pela imprensa, mas veiculadas em *sites* pornográficos. “A morte não necessariamente desonra o inimigo, o estupro sim”, lembrou. E em seguida indagou:

“Qual é o poder que essas fotos trazem para esses homens? Sem dúvida, são troféus. A violência sofrida fisicamente renova-se simbolicamente. A cada acesso aos *sites* que divulgam essas imagens, as mulheres são novamente estupradas, agora de modo virtual”, lamentou.

A antropóloga disse que boa parte das vítimas de estupro se suicidou. “O suicídio é um sacrifício em prol da honra do grupo, da continuidade de sua comunidade — uma operação que elimina o que é sujo, o que contamina”, descreveu. Para Rial, o que mais chama a atenção nesses fatos não é o estupro em si — prática presente em situações de guerra, em muitos momentos históricos distintos —, mas a visão do estupro como uma arma étnica, de extermínio étnico, uma nova tecnologia de guerra.

A pesquisadora concluiu sua apresentação questionando o sentido que tais fatos podem assumir no contexto contemporâneo: “Se a guerra é sempre feita em relação ao outro, como ela fica hoje, em um momento de globalização, em que os outros não estão assim tão distantes? De que guerra estamos falando hoje?”

ANTROPOLOGIA

Medo e insegurança alteram
comportamento da população
e causam isolamento social

Grades da violência

A preocupação com a violência não é uma postura nova. Há décadas essa questão vem sendo discutida e as análises feitas no passado permanecem atuais. As experiências diretas ou indiretas de violência, como roubos, furtos e assassinatos, alteram os padrões de sensibilidade da população e provocam um processo de isolamento, apesar do esforço de comunicação entre as diferentes classes. Mas os estudos acadêmicos e as propostas para reverter esse quadro pouco surtiram efeito sobre as autoridades responsáveis pela segurança pública e não mobilizaram a sociedade civil para o problema. Na conferência 'Violência: uma perspectiva antropológica', o antropólogo Gilberto Velho, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro da Academia Brasileira de Ciências, falou sobre o comportamento da população diante das cenas crescentes de violência e mostrou de que forma o medo penetra e desestabiliza as relações sociais.

Para introduzir o debate, o presidente da SBPC, Ennio Candotti, lembrou que Gilberto Velho foi mentor político das ações da entidade nas áreas sociais. "Espero que suas palavras possam contribuir para o entendimento desse mundo contemporâneo tão violento, mas ao mesmo tempo tão desafiador", disse Candotti. Ele acrescentou que gostaria de que todos se lembrassem da reunião anual como uma prática a

ser imitada todos os dias na Universidade Estadual do Ceará, que acabara de passar por um período conturbado de greve e conseguira superar o conflito naquela semana. E enfatizou: “Não se pode deixar de cobrar das autoridades universitárias essa necessidade constante de diálogo todos os dias durante os próximos 100 anos.”

Ao iniciar sua exposição, Gilberto Velho recordou a reunião da SBPC realizada em Curitiba (PR) em 1986, quando presidiu um simpósio sobre violência no Brasil que resultou em uma publicação com bastante repercussão na época. “Foram três mesas-redondas que reuniram cientistas sociais e outros profissionais voltados para a problemática de segurança pública”, explicou. O antropólogo lembrou que já havia naquele momento um consenso sobre a extrema gravidade do problema. “Um dos pontos fundamentais foi salientar e distinguir vários tipos de violência, procurando dar uma abordagem mais complexa ao evitar encarar essa noção como uma coisa material e concreta”, contou. Foram discutidos, entre outros temas, a desigualdade e a pobreza, a violência no campo, a violência contra as minorias étnicas e os homossexuais e os aparatos e as características do sistema prisional.

“Passados quase 20 anos, ficamos, ao reler esses textos, com sentimentos ambíguos e contraditórios”, disse Velho. Segundo ele, é possível desenvolver, por um lado, certa satisfação intelectual ao verificar que as observações e análises mantiveram, em geral, sua consistência e propriedade. “Fica evidente que os cientistas sociais não só perceberam e identificaram a gravidade do problema — que só se avolumou nos anos que se seguiram —, como também apresentaram sugestões e propostas concretas em termos de implementação de políticas públicas.” O antropólogo acrescentou que muitos dos pesquisadores

“Há um doloroso sentimento de que esses trabalhos e denúncias surtiram muito pouco efeito nas autoridades públicas responsáveis, em diversos níveis, com relação à questão da violência e da segurança. Do mesmo modo, não fomos capazes de sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para que atuasse de modo mais vigoroso e conseqüente em sua própria defesa.”

Gilberto Velho
Antropólogo do Museu
Nacional da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

que participaram do simpósio em 1986 não se restringiram ao setor acadêmico, assumindo posteriormente funções públicas na área de segurança.

Por outro lado, Velho revelou que há um doloroso sentimento de que esses trabalhos e denúncias surtiram muito pouco efeito nas autoridades públicas responsáveis, em diversos níveis, com relação à questão da violência e da segurança. “Do mesmo modo, não fomos capazes de sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para que atuasse de modo mais vigoroso e conseqüente em sua própria defesa”, completou, ressaltando que nessas quase duas décadas a SBPC retomou, em várias ocasiões, a discussão e a denúncia dessa crescente ameaça à sociedade brasileira. “Alguns resultados foram obtidos, como a ampliação dos espaços de discussão, mas muito aquém do que imaginávamos.”

Sociologia do medo

Velho chamou a atenção para uma das conseqüências mais sérias diante da generalização da violência, entendida como ameaça física que produz risco de vida para os diferentes grupos e segmentos que compõem a sociedade. Segundo ele, as experiências diretas ou indiretas com episódios violentos de natureza física ou simbólica — como furtos, roubos, assaltos, ameaças, seqüestros, agressões, tortura e assassinatos — alteram radicalmente as expectativas e os padrões de sociabilidade, base constitutiva da vida social. “O que se chama, às vezes toscamente, de ‘sensação de insegurança’ nos leva a uma sociologia ou antropologia do medo. Cada vez mais, especialmente nos grandes centros urbanos, evidencia-se uma extrema cautela, que chega à desconfiança e mesmo à rejeição diante da possibilidade de contatos e interações sociais diferenciados.” Ele explicou que, embora haja um esforço, em alguns casos, de estabelecer pontes entre diferentes categorias, predomina de forma crescente uma tendência à retração e ao isolamento social. “Esses processos certamente não são lineares e apresentam descontinuidades e contradições”, advertiu.

O antropólogo enfatizou que a situação das populações mais pobres é a mais dramática. “É mais do que notório, embora isso nem sempre seja assimilado de modo conseqüente, que os habitantes de favelas, conjuntos residenciais e periferias estão sujeitos, de um lado, à ação direta e opressora de gangues de bandidos e traficantes”, afirmou. “Essa vulnerabilidade — continuou — evidencia-se ainda mais diante da ação policial, freqüentemente não seletiva, arbitrária, truculenta e, muitas vezes, em diferentes regiões do país, associada a grupos de extermínio.” Velho lembrou que as

lutas entre as gangues e os confrontos com os órgãos de segurança produzem dezenas de milhares de mortes todo ano no Brasil e que a vida nas áreas urbanas mais pobres fica sujeita a um toque de recolher quase permanente, tornando flagrante a impotência de seus moradores. Segundo ele, esse quadro de grande violência física e pressão enfraquece e até faz desaparecer as associações tradicionais. “Os supostos direitos elementares de ir e vir, por exemplo, não têm sustentação nem continuidade. As pessoas — não só os mais pobres, como também a classe média que vive em seu entorno — ficam cada vez mais retraídas e restringidas em seus movimentos.”

Velho disse que esse processo de enclausuramento fica claro nas pesquisas que realiza e coordena sobre as camadas médias da cidade do Rio de Janeiro, que, segundo ele, talvez seja um caso limite. O pesquisador constatou que, nas gerações mais velhas (a partir da meia-idade), as mudanças de comportamento mais visíveis, provocadas pelo medo, são: reduzir os programas noturnos e evitar a frequência a lugares públicos. “As ruas à noite mais do que nunca aparecem como lugares perigosos. Ir ao cinema, ao teatro ou a um evento musical passa a ser uma operação cercada de precauções e de elaboradas estratégias que envolvem desde a organização de verdadeiras expedições coletivas até a contratação de seguranças particulares para proteção.” Nesse novo cenário, os *shoppings* e as residências passam a ser os locais considerados menos inseguros e, portanto, mais adequados às atividades sociais. “As casas, prédios e condomínios transformam-se em verdadeiros *bunkers*, repletos de barreiras e equipados com controles dos mais variados tipos”, ressaltou. E concluiu: “É uma mudança drástica nos padrões de sociabilidade existentes há alguns anos.”

Segundo o antropólogo, as gerações mais novas, que nasceram e cresceram nesse ambiente, adotam outro comportamento. “Elas desenvolvem suas próprias táticas

“As ruas à noite mais do que nunca aparecem como lugares perigosos. Ir ao cinema, ao teatro ou a um evento musical passa a ser uma operação cercada de precauções e de elaboradas estratégias, que envolvem desde a organização de verdadeiras expedições coletivas até a contratação de seguranças particulares para proteção.”

Gilberto Velho
Antropólogo do Museu
Nacional da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

de deslocamento dentro da cada vez mais agressiva 'selva das cidades'", constatou, comentando que, na realidade, a maioria das selvas provavelmente envolve menos riscos do que sair à noite em boa parte do Rio de Janeiro e de São Paulo hoje. O pesquisador explicou que os jovens elaboram, através de suas práticas, mapas socioculturais com trilhas e caminhos próprios e negociam com suas famílias os seus modos de sociabilidade. "Eles andam principalmente em grupos, evitando se expor sozinhos às ameaças, e seus telefones celulares funcionam como instrumento fundamental de comunicação e defesa." Velho contou que, em uma pesquisa com 50 jovens, todos já tinham sido assaltados. Mesmo assim, eles continuavam saindo nas ruas, mas desenvolveram táticas como o '*kit ladrão*', composto de uma bolsa com pouco dinheiro e celular e chaves velhos. No entanto, o antropólogo adverte: "Isso pode ser ilusório, pois aumenta o número de casos em que ladrões não se satisfazem em roubar e passam para a agressão, o espancamento ou até o assassinato."

O comportamento das famílias também é afetado pela violência crescente. Segundo Velho, elas procuram se organizar para que os jovens disponham de carros particulares ou táxis para facilitar o deslocamento e torná-lo mais seguro. Além disso, o medo de que aconteça algo aos filhos aumenta a tolerância dos pais. "Muitas vezes é preferível dormir fora, na casa de namorados ou de amigos, do que retornar para casa. E torna-se relativamente comum que namorados e namoradas durmam juntos nas residências de seus pais com o apoio destes, para evitar ou diminuir os perigos a que estariam expostos."

Redundância e empobrecimento

Como resultado desse quadro atual, Velho identificou uma crescente tendência à 'redundância' nas relações sociais. "Os grupos se fecham e as redes sociais se restringem, ficando cada vez menos permeáveis ao contato e à interação com indivíduos e categorias sociais diferentes", explicou, acrescentando que pessoas menos compatíveis com esse pequeno mundo podem ser rejeitadas. Ele advertiu que esse tipo de restrição implica um empobrecimento das relações sociais.

O antropólogo ressaltou que existem algumas áreas e situações que ainda conseguem quebrar esse padrão, como as atividades culturais, artísticas, lúdicas e esportivas, que, mesmo de modo limitado, podem contrabalançar essa pressão do enclausuramento. "A capoeira, o *hip hop*, o forró, o *heavy metal*, o *funk* e o pagode, por exemplo, têm possibilitado, às vezes de forma bastante polêmica e controversa, contato

e relacionamento, sobretudo nos universos jovens”, destacou. Segundo ele, apesar do surgimento de espaços de interação entre categorias sociais, não se podem ter grandes ilusões sobre esse encontro de diferentes níveis culturais. “É inegável que hoje nas grandes cidades brasileiras o medo aparece como variável constante e determinante do comportamento e das escolhas de quase todos os indivíduos em seu cotidiano, o que impregna as relações sociais e desestabiliza a sociabilidade. As pessoas têm medo de qualquer um que se aproxime”, afirmou. “O caso mais evidente de retração é o dos idosos, que deixam de sair de casa.”

Velho ressaltou ainda o desalento, o ceticismo e o medo da sociedade diante da atuação do poder público. “Constata-se, no dia-a-dia, a falência do Estado em garantir mínimas condições de cidadania para a população do país, desde o mercado de trabalho, passando por educação, saúde e transporte, até a insegurança generalizada”, acrescentou. Para ele, os níveis federal, estadual e municipal revelam-se muito pouco capacitados para organizar e coordenar atividades básicas que garantam minimamente a qualidade de vida da sociedade. “A crescente percepção da corrupção generalizada só agrava esse quadro em que indivíduos e categorias sociais vivem sob a permanente sensação de desmoralização e ameaça à sua integridade física e moral.”

Essa conjuntura, segundo o antropólogo, prejudica o exercício da cidadania. A deterioração e a perda dos espaços públicos e o isolamento social impedem o diálogo básico e necessário para a convivência. “Assim, além de protestar, pressionar e cobrar do poder público, cabe à sociedade civil, através de seus diferentes setores e segmentos, organizar-se e procurar novos caminhos para essa tão maltratada cidadania”, enfatizou Velho. E completou: “Se não houver uma mobilização permanente, a herança dos

“É inegável que hoje nas grandes cidades brasileiras o medo aparece como variável constante e determinante do comportamento e das escolhas de quase todos os indivíduos em seu cotidiano, o que impregna as relações sociais e desestabiliza a sociabilidade. As pessoas têm medo de qualquer um que se aproxime.”

Gilberto Velho
Antropólogo do Museu
Nacional da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

nostros descendentes será uma sociabilidade cada vez mais pobre e limitada, na qual a interação e o diálogo estarão mais escassos e parciais.”

O presidente da SBPC, Ennio Candotti, questionou se há diferença entre pequenas e grandes cidades com relação à densidade da violência. E concluiu: “Não seria o reordenamento da cidade que resulta na violência?” Velho concordou que a violência nas cidades pequenas é menor, mas lembrou que ela também existe nessas áreas. O antropólogo alertou para a atuação da mídia, que informa sobre a violência e provoca o medo generalizado. “O *locus* privilegiado da violência é a grande cidade”, completou. Um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul perguntou sobre o papel dos meios de comunicação na banalização da violência. Velho reforçou sua opinião de que os meios de comunicação devem apresentar os fatos de forma objetiva, sem levar ao medo, e enfatizou que é totalmente contra a censura. Para reduzir a violência, ele disse que é preciso promover a reestruturação e o planejamento da vida urbana com a participação das autoridades.

“A luta pela paz deve ser acompanhada de forte ação política para que não seja muito idealista nem fuja da realidade.”

Gilberto Velho
Antropólogo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Indagado sobre a relação entre o quadro atual de violência e o hábito sul-americano de ser benevolente com os dominadores, como no caso dos ditadores, Velho destacou que a violência está ligada aos processos de dominação, pois tem sido um instrumento básico de controle social. Ele advertiu que os limites entre violência legítima e ilegítima são sutis e afirmou que é preciso um trabalho cotidiano, inclusive contra a violência simbólica (como o preconceito racial e contra homossexuais), para reverter a situação que vivemos hoje.

Um estudante da Universidade Federal de Goiás perguntou se é possível resolver a questão da violência tratando o outro como cidadão. Velho ressaltou que a falta de diálogo com as camadas mais baixas da população é um dos principais impulsos para a violência, citando um estudo que aponta que os assaltantes reagem ao não-olhar, ao desconhecimento. Questionado sobre a construção de uma cultura da paz como caminho para superar a violência, o antropólogo enfatizou que esse movimento deve estar relacionado à educação. E completou: “A luta pela paz deve ser acompanhada de forte ação política para que não seja muito idealista nem fuja da realidade.”

O grito dos excluídos

Pensar a cidade como um local construído a partir da movimentação, dos hábitos e das expressões culturais e artísticas de seus habitantes. Com base nessa premissa, cientistas sociais analisaram as interações de certos grupos da sociedade com o espaço urbano a partir de manifestações como a música e a pichação. Esse foi o tema do simpósio 'Metrópoles e não-metrópoles: espaço social e sentidos do urbano', que também discutiu o significado dessas práticas e o modo como dão forma à cidade.

A socióloga Glória Maria dos Santos Diógenes, do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), falou sobre um projeto, coordenado por ela na organização não-governamental Enxame, em que a cidade é descrita a partir de fotografias dos trajetos de três diferentes atores: um pichador, um menino que estava em liberdade assistida por ser considerado traficante e um *rapper*. Ela contou que também estudou o universo do *funk*, em que os jovens recriam, nos locais que freqüentam, as mesmas configurações territoriais da cidade, o que também ocorre em estádios de futebol e praças. "Os grupos das diferentes comunidades ocupam espaços predeterminados que não podem ser invadidos por outros."

Segundo Diógenes, esse trabalho de imagem e narração evidencia a relação entre corpo e cidade, mostrando

como os corpos em movimento constituem e traduzem o espaço urbano. “Através desses percursos, é possível traçar um mapa não visível que revela uma cidade muito real e concreta”, completou. Ela defendeu a idéia da cidade como uma paisagem sonora e mostrou como as diferentes expressões musicais codificam o espaço urbano.

A socióloga disse que o corpo, visto como um artefato que cria vida, reconstitui seus trajetos. “O corpo inscreve suas experiências em si mesmo e traduz diversos signos.” Ela ressaltou que a metrópole é um espetáculo de símbolos, que está mostrado

“O trabalho de imagem e narração evidencia a relação entre corpo e cidade, mostrando como os corpos em movimento constituem e traduzem o espaço urbano. Através desses percursos, é possível traçar um mapa não visível que revela uma cidade muito real e concreta.”

Glória Maria dos Santos
Diógenes
Socióloga da Universidade
Federal do Ceará

nas ruas, nas praças e fundamentalmente no corpo do narrador. “Uma cidade fantasma nem sequer existe”, completou.

A pesquisadora da UFC destacou que um lugar fica marcado na memória pelos momentos ali vividos. “O uso dá um sentido e uma vida ao local”, explicou. E completou: “O corpo e a cidade estão intrincados, como se os dois fossem territórios e suas construções se misturassem, formando um todo nas teias da memória.” Segundo ela, quanto mais densa uma história, mais intensa a integração do corpo com a cidade. A socióloga lembrou que o corpo não é só o espaço cartesiano, mas também todo o seu entorno e as reações e efeitos que provoca. E ressaltou que a relação do corpo com o espaço muda em função do próprio lugar e de seu significado.

A pesquisadora enfatizou ainda que a cidade é construída a partir de nossos trajetos e que essa prática é mais presente na juventude. Ela acrescentou que a vida está ligada à possibilidade de o corpo interagir com o meio e com os outros, afetando e sendo afetado,

em um processo contínuo. E concluiu: “Aquele que começa a construir a cidade, o ‘usante’, não pára mais.”

Escrita proibida

A lingüista Eni Orlandi, do Laboratório de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), falou sobre a pichação, ressaltando que é impossível

compreender essa prática sem pensar a interação do corpo com a cidade. Segundo ela, a pichação é um tipo de escrita diferente do que se aprende na escola. “A escrita tem várias formas. Ela não é apenas um exercício escolar; é a relação do sujeito com ele mesmo dentro da história”, completou.

Segundo Orlandi, práticas como a pichação e o grafite são sintomas da falta de conhecimento do que é espaço público e do que é privado. “Não se faz distinção entre os locais onde se vai pichar ou grafitar”, acrescentou. Ela explicou que a linguagem é um fato social e não está separada do meio material. A pesquisadora afirmou que hoje há uma nova significação do espaço público e privado. Ela ressaltou o caso da construção de condomínios residenciais, que alterou a organização da cidade, tornando menos densa a sociabilidade entre as diversas camadas da sociedade. E completou: “Usar muros para separar grupos em nome da segurança é uma violência simbólica.” A lingüista acrescentou que a urbanização deve ser socializada, mas o que acontece atualmente é a urbanização segregada.

O geólogo José Grabois, do Departamento de Climatologia e Meteorologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, presente na platéia, chamou a atenção para um caso ocorrido na capital fluminense, em que o governo, diante do cenário de violência que se instalou, “chegou ao absurdo de pretender fazer um muro para separar a favela e a linha vermelha”, uma das principais vias de acesso da cidade. “Isso se chama fascismo”, completou. A esse respeito, Eni Orlandi comentou que as pessoas estão mais protegidas no meio social do que atrás de muros. Segundo ela, os muros provocam mais hostilidade. “O medo faz com que a população reaja irracionalmente.” A pesquisadora defendeu que ampliar a sociabilidade, especialmente em espaços abertos, é o caminho para aumentar a proteção. Ela enfatizou que, com a construção de muros, os segregados não são apenas os marginais, mas também a parcela da sociedade que fica dentro das paredes. “Isso é explosivo, pois o homem é um ser social, que precisa se sociabilizar”, alertou. “Essa conduta vai gerar uma reação.”

**“O corpo e a cidade
estão intrincados,
como se os dois
fossem territórios
e suas construções
se misturassem,
formando um
todo nas teias
da memória.”**

Glória Maria dos Santos
Diógenes
Socióloga da Universidade
Federal do Ceará

A lingüista afirmou que, apesar de os piches serem considerados indecifráveis, eles têm um sentido: a reivindicação. Ela lembrou que, durante a ditadura militar, a pichação era feita por pessoas alfabetizadas como forma de protesto e em recusa às autoridades. “Na década de 1970, a pichação era um gesto social, de contestação política.” Hoje, segundo a pesquisadora, a reivindicação não está no conteúdo da escrita, mas na própria atitude. “O comportamento dos pichadores vai além de pichar uma área proibida e de difícil acesso; é um gesto simbólico em um traço que pode parecer ininteligível para os outros, mas que gera identificação e reconhecimento entre os grupos”, concluiu. Ela disse que as pichações em monumentos, por exemplo, são uma forma de se inscrever na história.

“Usar muros para separar grupos em nome da segurança é uma violência simbólica. A urbanização deve ser socializada, mas hoje o que ocorre é a urbanização segregada.”

Eni Orlandi
Lingüista da Universidade
Estadual de Campinas

Orlandi enfatizou que é preciso reconhecer outras formas de organização da sociedade que vão gerar novas expressões do movimento social. Ela ressaltou que o grafite é uma arte que contém uma mensagem social e que a pichação é uma manifestação social igualmente relevante. “Há algo em comum entre pichação e grafite”, completou, explicando que ambos formam vínculos sociais.

Um aluno de educação física da Universidade Estadual Paulista (Unesp) do *campus* de Presidente Prudente, questionou o esvaziamento dos espaços públicos pelas políticas do governo, citando o exemplo da extinção da área popular do estádio Maracanã, no Rio de Janeiro, conhecida como geral. Ele perguntou se essa atitude de acabar com os espaços públicos não poderia interferir na convivência entre os cidadãos e na construção de sua identidade. Orlandi afirmou que hoje todas as apropriações dos espaços públicos pelos cidadãos sofrem devido à política e à organização social capitalista. E ressaltou: “A luta de classes é a luta de lugar.” Segundo a lingüista, as manifestações culturais são uma forma que as pessoas encontraram para marcar a própria existência e reivindicar o meio social para si, já que não têm acesso a manifestações capitalistas.

A socióloga Glória Diógenes acrescentou que a cidade é o lugar do encontro. “É na cidade que se encontram as desmesuras”, completou. Ela disse ainda que a

pichação é um ato de apropriação de um lugar a que não se tem acesso. “A pichação é uma forma de inclusão social legítima, porque só existe quem é visto pela sociedade”, concluiu.

Perguntada sobre o impacto dessa discussão nas políticas públicas e sobre o papel dos intelectuais na construção da história oficial, Eni Orlandi disse que é preciso fazer circular certas idéias para provocar mudanças. “Precisamos convidar as autoridades governamentais para ouvir nossas argumentações”, enfatizou. “Às vezes, isso gera conversas importantes, mas na prática os avanços são demorados”, advertiu. Glória Diógenes completou: “A gente muda as coisas pela insistência das enunciações.”

“Na década de 1970, a pichação era um gesto social, de contestação política. Hoje, a reivindicação não está no conteúdo da escrita, mas na própria atitude. O comportamento dos pichadores vai além de pichar uma área proibida e de difícil acesso; é um gesto simbólico em um traço que pode parecer ininteligível para os outros, mas que gera identificação e reconhecimento entre os grupos.”

Eni Orlandi
Lingüista da Universidade
Estadual de Campinas

S O C I O L O G I A

Compreender as manifestações da violência e da criminalidade é um dos caminhos para mudar e ajudar a promover a cidadania

Expressões da violência

A violência se expressa de diversas formas na sociedade contemporânea, colocando em cena configurações distintas de conflitos sociais e de resoluções desses enfrentamentos. A população, principalmente a que vive na periferia, se vê em meio a variados registros da violência, seja na condição de vítima ou de agente do crime. Na tentativa de contribuir com o debate sobre o tema e apoiar ações para solucionar o problema, especialistas apresentaram, no simpósio 'Violência e criminalidade: desafios da pesquisa e da intervenção', experiências de estudo na área, destacando questões relativas aos seus limites e dilemas éticos e científicos e suas implicações sobre a promoção da cidadania.

O sociólogo César Barreira, do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), disse que o tema da violência e do conflito ganhou força principalmente a partir da década de 1980. "Os estudos, com algumas exceções, não ocupavam anteriormente um lugar central nos trabalhos e nas pesquisas acadêmicas."

Segundo Barreira, as pesquisas sobre a situação das prisões, a relação entre violência e exclusão social e as contravenções ou delitos sociais gerados nas periferias das grandes cidades ou nas favelas começaram a ocupar um espaço importante nos estudos sociológicos no final dos anos 70 e início dos anos 80. "Em diferentes centros de pesquisa

do país, foram criados núcleos que tinham como objetos centrais a compreensão das diferentes manifestações da violência, a análise das políticas de segurança pública e as pesquisas sobre violação dos direitos humanos e respeito à cidadania”, contou. “Esses estudos possuíam um grande apelo social e, em grande parte, foram impulsionados por diversos movimentos sociais, como o feminista, o negro e o dos trabalhadores rurais.” Nessa época, as entidades de direitos humanos ocuparam um lugar importante na denúncia da situação dos presídios, da violência contra crianças e adolescentes pobres e da recorrência do uso da tortura pelos órgãos de segurança pública.

O sociólogo disse que a temática da violência e dos conflitos se diversificou e ganhou novas configurações, aparecendo cada vez mais instigante. “Agora os estudos tentam abranger temas novos ou antigos com contornos atuais, como o sistema presidiário, o apelo social por mais punição para possíveis desvios, a violência juvenil em diferentes situações de classe social, o tráfico de drogas e um possível ‘contrapoder’ nas grandes cidades”, afirmou, ressaltando que as ações dos justiceiros e dos matadores de aluguel e os rituais de linchamentos aparecem dentro de uma forte demanda social por uma justiça paralela. Ele lembrou ainda dos estudos sobre as políticas de segurança pública, que privilegiam as práticas policiais em defesa da ordem e da implantação da lei, visando à redução das taxas de criminalidade e de violência. “Essa diversidade temática tem sido enfrentada com diálogos, principalmente entre sociólogos e antropólogos, e com trocas de experiências e de dados, em uma tentativa de compor esse vasto leque que representa o fenômeno da violência nas sociedades contemporâneas.”

“A violência não é um fenômeno recente nem específico dos países pobres. Por outro lado, as formas atuais de manifestação da violência lhe conferem especificidade histórica, o que provoca uma mudança nas abordagens sociológicas.”

César Barreira
Sociólogo da Universidade
Federal do Ceará

Para Barreira, esses estudos vão ao encontro de um grande apelo social, que decorre principalmente do crescimento da violência e da criminalidade, aumentando a insegurança e a instabilidade e gerando a chamada cultura do medo. Mas ele ressalta que é preciso construir essa temática com todo o rigor e imaginação sociológica, para não cair nos modismos e se limitar aos apelos sociais e aos estereótipos.

O sociólogo lembrou que a violência não é um fenômeno recente nem específico dos países pobres. Por outro lado, ele acrescentou que as formas atuais de manifestação da violência lhe conferem especificidade histórica, o que provoca uma mudança nas abordagens sociológicas. “As pesquisas agora estão voltadas para a compreensão dos significados das práticas violentas, das experiências de insegurança individual e dos riscos patrimoniais que geram barreiras sociais e preconceitos e prejudicam a aceitação de diferenças socioculturais.”

“Para os pistoleiros, as pessoas que deveriam ou poderiam ser assassinadas seriam, principalmente, os proprietários de terra violentos, as esposas que traem seus maridos, os trabalhadores que roubam dos patrões e os políticos que romperam alguma regra preestabelecida.”

César Barreira
Sociólogo da Universidade
Federal do Ceará

Barreira disse que, nos últimos anos, seus estudos têm abordado a relação entre poder e violência, partindo de uma pesquisa feita em 1998 sobre a pistolagem no campo da política, que foi ampliada e diversificada. “O ponto de partida da pesquisa foi a análise do sistema de pistolagem e, mais especificamente, do personagem pistoleiro, na tentativa de contribuir para a compreensão da cultura brasileira e, de modo particular, da cultura sertaneja, ou mesmo de uma cultura camponesa”, contou. Para ele, o pistoleiro é um personagem central para o entendimento da cultura do sertão, marcada por especificidades como honra, valentia, vingança e lealdade. “Esses aspectos nos remetem, naturalmente, para uma questão complexa: é possível falar de uma cultura da violência no sertão? Nesse estudo, conceitos como punição, vingança, valentia e coragem adquirem novos e importantes significados”, revelou.

Segundo o sociólogo, a pesquisa sobre crimes por encomenda ou crimes de pistolagem revelou dois grandes aspectos do tema. O primeiro é a grande incidência desse tipo de crime, que deixa de ser somente rural e passa a ocorrer principalmente nas grandes cidades, servindo tanto para a resolução de pequenas rixas, como brigas de vizinhos e desavenças familiares, como também de disputas políticas e econômicas. “O outro ponto é a necessidade, sempre presente, de construir social e culturalmente o fenômeno da violência. Por exemplo: para o pistoleiro, suas ações ou crimes não são destituídos de valoração

social. Ele não se vê recebendo um pagamento para cometer um assassinato e sim como um justiceiro ou vingador, o que seria socialmente explicável”, acrescentou. Barreira lembrou ainda que, para uma parte da população, as ações dos pistoleiros não são totalmente condenáveis. “Ao contrário, em alguns casos, são até justificáveis, o que nega a postura do senso comum bipolar do bom e do ruim, do certo e do errado, do bem e do mal.”

O pesquisador chamou a atenção para um dado de seu estudo sobre pistoleiros: a classificação que eles fazem das pessoas que ‘devem morrer’, explicando ou justificando moralmente suas ações. Para os pistoleiros, as pessoas que deveriam ou poderiam ser assassinadas seriam, principalmente, os proprietários de terra violentos, as esposas que traem seus maridos, os trabalhadores que roubam dos patrões e os políticos que romperam alguma regra preestabelecida. “As histórias de arrependimento dos pistoleiros, quando ocorrem, são baseadas em crimes cometidos fora dessas qualificações”, complementou. E concluiu: “Meus estudos me conduzem cada vez mais a abordar a violência a partir dos valores.”

Barreira citou ainda um estudo, realizado por ele em 2000, sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em abril de 1996, no Pará, em que também tentou compreender a relação entre poder e violência. Segundo ele, esse trabalho trouxe à tona aspectos importantes e ocultos da estrutura de poder, apontando o uso da violência na reprodução desse cenário político. “É importante destacar também a volta das forças policiais ao palco do meio rural como protagonistas de cenas de violência, confundindo espaço público e privado.”

Em outro estudo, realizado em 2001, o sociólogo analisou as contravenções eleitorais, na tentativa de compreender as práticas políticas utilizadas pelos candidatos a cargos eletivos. Essas práticas foram estudadas considerando as classificações de crimes eleitorais feitas pela justiça e a partir das concepções desenvolvidas pela popu-

“Para entender a violência, não se pode colocá-la em oposição à pacificação ou a qualquer forma de anormalidade. É importante destacar que, em determinadas circunstâncias, o uso da força pode transformar-se em um valor positivo dentro de um determinado grupo.”

César Barreira
Sociólogo da Universidade
Federal do Ceará

lação a respeito do tema — em que atos enquadrados como contravenções eram considerados dádivas. “O voto ocupava o lugar de uma moeda de troca”, exemplificou.

Fenômeno de múltiplos valores

Barreira disse que as pesquisas, por um lado, têm permitido o entendimento de diferentes expressões da violência nas sociedades contemporâneas. Por outro lado, colocam em cena várias configurações de conflitos sociais e um diversificado quadro de enfrentamento ou resolução de conflitos interpessoais e políticos. O sociólogo ressaltou que suas primeiras pesquisas trabalhavam a violência pela violência, dando bastante ênfase às manifestações físicas. “Isso me levou a fazer uma divisão entre violência e conflito e a afirmar que poderíamos definir violência como a exacerbação do conflito”, resumiu. “Atualmente, tento abordar a violência tendo como base os conflitos sociais, com o objetivo de compreender os valores presentes nesse campo.”

Segundo Barreira, para entender a violência, não se pode colocá-la em oposição à pacificação ou a qualquer forma de anormalidade. “É importante destacar que, em determinadas circunstâncias, o uso da força pode transformar-se em um valor positivo dentro de um determinado grupo”, ponderou. Ele acrescentou que há situações em que o uso da força não é percebido como violência e em outras ele está relacionado a atributos positivos de determinada cultura, como coragem, valentia e firmeza. “Logo, uma definição sociológica da violência supõe a negação de classificações apriorísticas, ficando claro que a violência é gerada e reproduzida dentro de um contexto social”, concluiu.

O sociólogo disse que é preciso refletir se os conflitos sociais são negados e, principalmente, escamoteados na sociedade brasileira, o que levaria à construção imaginária de uma sociedade sem conflito, harmoniosa, em que predominam valores de cordialidade e de conciliação. Ele ressaltou a importância de se perceberem os conflitos sociais como matéria integrante do viver em sociedade. E explicou: “Eles nem sempre são vistos dessa forma porque são considerados desvios de um padrão idealizado de convivência.”

Para Barreira, a construção imaginária de uma sociedade harmoniosa, com a predominância de valores de cordialidade e de conciliação, corresponde ao ideário mitológico da harmonia, em contraste com outras versões da história sociopolítica brasileira. “Na nossa história aparece claramente a versão de uma sociedade conflituosa, permeada de confrontos entre famílias, lutas por terra e disputas pela representação

política”, exemplificou. “Podemos dizer que havia ou que há uma certa aceitação e simpatia pelas resoluções violentas de conflitos, uma benevolência sobre os crimes de honra, uma tolerância em relação à atuação dos pistoleiros ou jagunços e uma indiferença sobre os massacres e assassinatos de trabalhadores rurais.” Segundo ele, os valores de vingança, valentia e coragem têm uma boa base de legitimidade social, o que resulta na impunidade e na morosidade ou ineficiência do poder judicial, negando ou relativizando a ‘cordialidade brasileira’.

O pesquisador chamou a atenção para uma questão importante a ser explorada na discussão sobre os conflitos: o modo como eles se explicitam em contextos sociais e históricos. Segundo ele, nas sociedades onde não existe uma separação nítida entre os espaços público e privado torna-se difícil a modelação social de indivíduos ou grupos, sobretudo aqueles pertencentes à classe dominante, o que dificulta a elaboração de um processo civilizador. “Setores dominantes que possuem sólidas raízes fincadas em práticas pessoais respaldadas no poder econômico e político, fora de qualquer base de legalidade, parecem refratários à incorporação e ao exercício de normas que integram a lógica do processo civilizador”, explicou. “Isso torna o autocontrole tênue, havendo espaço para extravasar emoções e sentimentos agressivos.”

O sociólogo disse que a monopolização da violência física e a concentração de armas e homens armados sobre uma única autoridade, tornando mais ou menos calculável o seu emprego, força os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlar sua própria violência mediante precaução ou reflexão. “O monopólio da violência física impõe às pessoas um autocontrole”, explicou. Por outro lado, em sua análise sobre os genocídios, os assassinatos e as humilhações, aparecem como contrapartida o medo, a precaução e a submissão, o que daria sentido à desordenada monopolização da

“A monopolização da violência física e a concentração de armas e homens armados sobre uma única autoridade, tornando mais ou menos calculável o seu emprego, força os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlar sua própria violência mediante precaução ou reflexão. O monopólio da violência física impõe às pessoas um autocontrole.”

César Barreira
Sociólogo da Universidade
Federal do Ceará

violência. “Espaços sociais não pacificados ou aparentemente fora dos limites institucionalizados tornam-se palco de práticas radicais de resolução de conflitos.”

Barreira afirmou que os conflitos interpessoais nas sociedades contemporâneas assumem diversas configurações, nem sempre enfrentadas no universo jurídico. “Os conflitos negam, em grande parte, as regras e convenções jurídicas, contemplando um arcabouço mais complexo e diversificado que assume diferentes classificações, como rixas e intrigas”, acrescentou, destacando que essas desavenças sinalizam um cotidiano conflituoso, permeado por valores de honra, lealdade, traição, coragem, valentia e vingança. “São conflitos que envolvem vizinhos, cônjuges, parentes e amigos em um ambiente perpassado por relações de aproximação física e social.”

Segundo o sociólogo, na tentativa de solucionar esses conflitos, se materializam práticas sociais de denúncias, negociações ou consensos, que têm como característica a denominação de mediadores. “Na impossibilidade de consenso, a violência aparece constantemente no desfecho desses conflitos, fazendo surgir o embrião de antigas práticas em novos contextos socioculturais”, completou.

O pesquisador ressaltou que os boletins de ocorrência registrados nas delegacias de polícia civil ocupam um espaço importante na montagem das novas configurações assumidas pelos conflitos sociais. “As delegacias são um local de resolução de problemas, mesmo que não sejam necessariamente casos de polícia”, contou, acrescentando que muitas pessoas querem apenas falar com o delegado, sem serem encaminhadas à justiça. Segundo ele, as ocorrências podem ser classificadas em delitos privados e delitos públicos. Os delitos privados são, principalmente, as brigas de vizinho e de casais. “Estes podem e devem ser alvo de conciliação”, disse. Já os delitos públicos, como homicídios, assaltos, furtos e latrocínios, requerem a abertura de inquérito policial.

Barreira destacou que diariamente são divulgadas, de forma espetacularizada, notícias nos meios de comunicação a respeito de conflitos interpessoais, contribuindo para a mobilização da opinião pública. “Os registros jornalísticos desses conflitos têm uma curva ascendente, alimentada pelo eixo condutor da chamada opinião pública”, disse. Segundo ele, as representações da violência veiculadas pela mídia contribuem para a reprodução de linguagens da violência, que, por outro lado, também geram discursos de não-violência. “Esse é o caso de bairros populares que desejam redefinir, de modo criativo, as imagens estigmatizadas referidas aos seus jovens e demais moradores”, exemplificou. O sociólogo enfatizou que a apropriação e a exploração desses conflitos contribuem para a banalização da violência e o aumento exaustivo de

sua visibilidade. E concluiu: “Essa forma de publicização mobiliza as opiniões dos mais diversos grupos sociais, convocados, nessas circunstâncias, a emitir ou revalidar um julgamento de valor.”

Por uma análise isenta

O antropólogo Theophilos Rifiotis, coordenador do Laboratório de Estudo das Violências do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, falou sobre os desafios da pesquisa e da intervenção no campo da violência e destacou a necessidade de um distanciamento crítico para compreender a temática e qualificar e desenvolver essa área de estudo. Segundo ele, a pesquisa sobre violência e criminalidade tem sido fortemente marcada pela agenda social. “Para compreendermos os limites e dilemas desse campo, devemos considerar desde logo que a própria temática da violência é um objeto herdado pelas ciências sociais como ‘problema social’, ou seja, sem uma teoria específica que possa apoiar o desenvolvimento de pesquisas científicas”, afirmou, ressaltando a necessidade de que esse ‘problema social’ seja considerado na sua complexidade e traduzido em termos teóricos para ser tratado como objeto científico. “Sem esse distanciamento crítico fica postulada implicitamente uma exclusividade do discurso de indignação e da judicialização das relações sociais.” Questionado sobre a falta de amparo institucional para o pesquisador da violência e da criminalidade e a ausência de uma lei de sigilo que proteja seu trabalho, Rifiotis lembrou que o Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia prevê a responsabilidade do cientista com relação a seus informantes.

Rifiotis alertou que os antropólogos e sociólogos devem repensar seu papel. “Estamos passando a ser assessores e especialistas, sem a função de pensar e reivindicar. Somos convocados a realizar enquetes sociais e formular laudos e diagnósticos,

“Os antropólogos e sociólogos devem repensar seu papel. Estamos passando a ser assessores e especialistas, sem a função de pensar e reivindicar. Somos convocados a realizar enquetes sociais e formular laudos e diagnósticos, funcionando como referencial para testes de opinião.”

Theophilos Rifiotis
Coordenador do Laboratório
de Estudo das Violências
da Universidade Federal
de Santa Catarina

funcionando como referencial para testes de opinião”, disse. Segundo ele, o trabalho dos cientistas sociais não é mais somente formação e informação, pois eles devem ser intelectuais engajados em um contexto de intervenção e isso exige uma reflexão mais aprofundada. “A reflexividade é uma característica da modernidade e pressupõe a apropriação pelos atores sociais dos saberes e modelos para refletir sobre si mesmos e modificar suas condutas.”

Ao falar sobre violência, Rifiotis ressaltou que esse é um tema sensível e que é preciso equilíbrio entre o compromisso ético e a atitude de condenação e indignação. Ele distinguiu algumas tendências em relação ao tratamento dado à questão: a vitimização, a criminalização e a judicialização. E acrescentou: “É preciso compreender o contexto em que a violência se desenvolve e não apenas valorizar algumas formas de resolução dos conflitos.” O pesquisador destacou ainda que a violência é um fenômeno plural, que tem referenciais de várias ordens e vários tempos.

O antropólogo disse que, em seus trabalhos, distingue três tipos de discurso na construção social da violência. O primeiro, que não tem sido o mais relevante, é um discurso analítico, científico, sobre a violência, vista como fenômeno biopsicossocial. O outro é o discurso contra a violência, o discurso da indignação. “Esse tipo de comportamento é homogeneizador e negativo e prega que a violência está no outro”, explicou. O terceiro é o discurso das violências, ou seja, a expressão social das tensões e conflitos. “A violência é encarada como linguagem e deve ser pensada, muito mais do que como objeto analítico, como visão de mundo”, defendeu. Segundo ele, a violência não se resume à relação entre vítima e agressor; ela é estruturante e pode ser positiva. “Violência não é desordem ou falta de integração”, completou.

Para Rifiotis, é preciso adotar um discurso que procure mostrar como se vive a violência e não um discurso contra a violência. “A capacidade de vivenciar os conflitos ajuda a gerar segurança, pois permite verificar as ações eficazes no combate à violência”, explicou. O antropólogo citou uma iniciativa que, segundo ele, não funcionou: a delegacia da mulher. “As práticas policiais acabam reordenando os conflitos e seus dilemas em categorias socialmente aceitáveis, que têm como horizonte o campo jurídico”, alertou. “Os homens e mulheres oprimidos têm que traduzir seus sentimentos em classificações judiciais. Isso não corresponde às expectativas”, enfatizou, ressaltando, por outro lado, que há pessoas engajadas nas delegacias da mulher.

O pesquisador disse que, na prática, essas delegacias assumem diversas funções. “São espaços de controvérsia, onde há um reordenamento de relações interpessoais

baseado na autoridade policial.” Segundo ele, a mulher quer justiça quando procura a delegacia, independentemente do processo judicial. “Ela quer que o parceiro reconheça o erro para prosseguir com a relação conjugal”, acrescentou, ressaltando a importância da mediação policial. “Apenas 2,5% das queixas se transformam em inquéritos policiais e menos de 1% vai para julgamento”, informou. “A delegacia torna-se, então, um espaço de dramatização de conflitos e de reconhecimento da culpabilidade que pode garantir a continuidade da vida conjugal”, concluiu. E completou: “É um espaço de palavra, de escuta, onde a denúncia transforma a crise da relação conjugal em um objeto, tirando o seu caráter singular.”

Segundo Rifiotis, a judiciariação dos conflitos, presente em instituições como a delegacia da mulher, traduz essas relações interpessoais de forma criminalizadora e estigmatizada, fixando-se na polaridade vítima x agressor ou na figura jurídica do réu. Para mostrar a ineficácia da judiciarização, o antropólogo analisou a reforma penal feita no Canadá em 1983, que tornou mais rígida a lei para agressões sexuais. Ele contou que o Código Penal canadense previa prisão de cinco anos para crime de atentado ao pudor, 10 anos para tentativa de estupro e prisão perpétua para estupro. Após a reforma, os crimes foram reclassificados em: agressão sexual I, com pena de seis meses de prisão e/ou multa ou 10 anos de prisão; agressão sexual II (mediante porte de arma e em que há lesão corporal), com pena de 14 anos de prisão; e agressão sexual grave (que fere, mutila ou ameaça a vida da vítima), crime para o qual está prevista a prisão perpétua.

Rifiotis ressaltou que, entre 1983 e 1989, houve um aumento de 150% no número de registros desses tipos de crimes no Canadá. No entanto, ao comparar as penas aplicadas, percebe-se uma concentração nas mais leves, correspondentes à agressão sexual I. Segundo o pesquisador, em 1983, 88% dos casos foram enquadrados na categoria I, 7% na II e 5% na III. Em 1989, esses números foram, respectivamente, 96%, 3% e 1%. “A equivalência entre agressão sexual e estupro,

“A judiciariação dos conflitos, presente em instituições como a delegacia da mulher, traduz as relações interpessoais de forma criminalizadora e estigmatizada, fixando-se na polaridade vítima x agressor ou na figura jurídica do réu.”

Theophilos Rifiotis
Coordenador do Laboratório
de Estudo das Violências
da Universidade Federal
de Santa Catarina

com o agravamento da pena, provocou a diminuição geral das sanções aplicadas e a banalização do estupro, um efeito simbólico contrário ao que se pretendia”, concluiu. E advertiu: “Os cientistas têm que refletir ao apoiar a judicialização, pois ela limita outras possibilidades não jurídicas de resolução de conflitos.”

“As políticas indígenas de saúde e educação praticadas pelo governo têm um caráter de dominação, pois partem da imposição de concepções e saberes. Não é possível, por exemplo, pensar em introduzir a alfabetização em povos ágrafos. São campos semânticos diferentes. Os antropólogos não querem ver os índios isolados, mas essa situação é de encurralamento.”

Elizabeth Beserra Coelho
Socióloga da Universidade
Federal do Maranhão

Perguntado sobre a redução da maioria penal e seus efeitos sobre a diminuição da violência, Rifiotis disse que não acredita que essa seja a solução. “Além disso, tal atitude demonstra uma volúpia punitiva e incentiva a judicialização.” O antropólogo Peter Fry, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ressaltou que, em muitos casos, a sociedade não deseja uma punição criminal. Ele citou o caso do racismo, que, com a Constituição Federal, passou de contravenção a crime inafiançável. Segundo o pesquisador, no disque-denúncia, a maioria dos crimes desse tipo é tratada na esfera cível, com pequenas recompensas, e não é levado à via criminal. “Esse é um exemplo de que a sociedade quer que o racismo seja reconhecido mas não quer punir seu vizinho apenas porque ele xingou alguém.”

Políticas violentas

A socióloga Elizabeth Beserra Coelho, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão, também afirmou que o antropólogo está sendo chamado a participar do debate sobre violência, o que se deve ao fato de esse profissional ser considerado um perito da multiculturalidade. “Além de legitimar a elaboração das políticas, o antropólogo é convidado a executá-las”, contou.

A pesquisadora falou sobre a violência contida nas políticas indígenas de saúde e educação praticadas pelo governo. “Elas têm um caráter de dominação, pois partem da imposição de concepções e saberes”, advertiu.

Coelho disse que não é possível, por exemplo, pensar em introduzir a alfabetização em povos ágrafos. “São campos semânticos diferentes.” Ela esclareceu: “Os antropólogos não querem ver os índios isolados, mas essa situação é de encurralamento.”

Coelho ressaltou que a Constituição Federal, ao mesmo tempo em que reconhece os povos indígenas, estabelece a universalidade da educação e da saúde e uma política de habitação. E questionou: “O que se pretende com isso? Não seria uma forma de neocolonialismo, agora mais eficaz porque vem revestida de promoção da igualdade?”

Segundo a socióloga, a estrutura montada para educar os índios — com um currículo mínimo e um calendário unificados — não está preparada para lidar com a especificidade da diferença. “Essa política não leva em conta que os povos indígenas têm uma visão de mundo diferente da do branco.” Ela disse que não se pode ter, por exemplo, um livro de geografia em língua indígena com os nossos conteúdos, nossas visões espaciais e territoriais. “Isso não é tradução”, enfatizou. Por outro lado, Coelho citou o caso do Maranhão, onde há escolas com professores indígenas. “O melhor é usar a própria língua das comunidades na sua educação”, defendeu. E completou: “Agora as escolas têm mais chances de ser eficazes.”

Sobre o programa de saúde para os índios, uma missionária afirmou ser resultado de 20 anos de luta indígena, mas, segundo ela, quando as ações chegam aos povos, elas não são nada do que queriam e não há participação comunitária. “Percebemos que o programa é fruto de interesses comerciais.” Coelho também disse que discorda de muitas das políticas direcionadas aos povos indígenas, inclusive com a retórica de que são reivindicações dos índios.

Uma antropóloga questionou o papel desse profissional como mediador e a forma como esse trabalho retorna para seus supostos beneficiários. Segundo ela, o pesquisador deve saber interpretar suas leituras e não ficar em busca da verdade. César Barreira lembrou ainda que não se pode achar que o grupo estudado não engana

“A estrutura montada para educar os índios — com um currículo mínimo e um calendário unificados — não está preparada para lidar com a especificidade da diferença. Essa política não leva em conta que os povos indígenas têm uma visão de mundo diferente da do branco.”

Elizabeth Beserra Coelho
Socióloga da Universidade
Federal do Maranhão

os antropólogos. “Toda fala é situada”, destacou. Theophilos Rifiotis ressaltou que o cientista precisa sempre olhar novos ângulos e reivindicar, tendo o cuidado para que seu discurso não mude em função da instituição para a qual trabalha. Ele explicou que as ciências sociais analisam um objeto que é dinâmico. E concluiu: “Não somos detentores de uma verdade, porque não existe uma.”

Uma população em movimento

As tendências sociodemográficas regionais ainda são consideradas de forma muito incipiente no planejamento urbano brasileiro. A compreensão de como elas participam do crescimento populacional motivou a realização pela SBPC do simpósio 'Tendências demográficas recentes da região Nordeste e a importância do uso das informações socio-demográficas no planejamento'. O economista Ivan Targino Moreira, do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), apresentou os principais aspectos da dinâmica demográfica nordestina, enquanto a demógrafa Lára de Melo Barbosa, do Grupo de Estudos Demográficos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), abordou a evolução da fecundidade no país e os aspectos das condições de vida da população nas microrregiões nordestinas. O coordenador do simpósio, José Ribeiro S. Guimarães, diretor de estudos e pesquisas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), da Bahia, aproveitou para destacar a importância das informações sociodemográficas no processo de planejamento urbano.

Com base no último período intercensitário (1991-2000), Targino analisou algumas tendências da mobilidade demográfica no Nordeste, considerando quatro recortes espaciais: a região, os estados, as microrregiões e os municípios. "As informações sobre o crescimento demográfico

do Nordeste e dos estados foram utilizadas tal como publicadas pelos censos demográfico e agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já os dados referentes aos municípios e às microrregiões tiveram que sofrer alguns ajustes para incorporar a nova divisão política e o surgimento de novos municípios durante os anos 90”, explicou o economista.

“Percebe-se uma intensificação do êxodo rural nordestino durante a década de 1990. Cerca de 80% das microrregiões nordestinas tiveram sua população rural reduzida, sendo apenas quatro as microrregiões que registraram taxas de crescimento acima dos níveis de crescimento vegetativo regional.”

Ivan Targino Moreira
Economista da Universidade
Federal da Paraíba

Segundo Targino, as últimas décadas têm registrado mudanças significativas na dinâmica populacional do Nordeste. Entre elas, destacam-se a redução da taxa de fecundidade e de natalidade; a redução das taxas de mortalidade, particularmente da taxa de mortalidade infantil, influenciando positivamente a esperança de vida ao nascer; e o envelhecimento da população regional. “Essas mudanças têm atuado sobre a distribuição etária da população nordestina”, observou. “Mas nosso trabalho focalizou sobretudo a dinâmica da mobilidade da população regional, explorando, particularmente, duas dimensões: a mobilidade campo-cidade e a mobilidade inter-regional.”

Mobilidade campo-cidade

O professor da UFPB destacou alguns resultados principais do estudo quanto à dinâmica da mobilidade rural/urbana da população: “Percebe-se uma intensificação do êxodo rural nordestino durante a década de 1990. Cerca de 80% das microrregiões nordestinas tiveram sua população rural reduzida, sendo apenas quatro as microrregiões que registraram taxas de crescimento acima dos níveis de crescimento vegetativo regional”, informou Targino, lembrando que se trata

de áreas de pouca densidade populacional e que a intensificação dos fluxos de origem rural coloca em discussão um processo de despovoamento de algumas áreas do Nordeste, sobretudo aquelas do semi-árido. “Esse aumento do êxodo rural deu-se de forma diferenciada, tanto nos estados quanto nos estratos de municípios”, acrescentou, citando como exemplo o Maranhão, que de absorvedor de migrantes, principalmente

rurais, passou a expulsor de população rural, como consequência do fechamento de sua fronteira de expansão agrícola.

O estudo revelou também um decréscimo da população rural em todas as faixas de tamanho de municípios, com exceção daqueles situados no Piauí e no Maranhão. O economista disse que foi possível identificar uma tendência geral de crescimento da população urbana regional, reconhecendo uma correlação forte entre o crescimento da população urbana e o êxodo rural. “O aumento da população urbana apresentou diferenciações significativas, quer entre os estados, quer entre os estratos de tamanho das cidades. Aqui, mais uma vez, desponta o Maranhão, onde foram encontradas as taxas mais elevadas”, relatou. “Enquanto se registra um intenso crescimento das cidades com 50 mil a 100 mil habitantes e, particularmente, daquelas polarizadas pelas capitais de estado, observa-se nos pequenos núcleos urbanos, ao contrário, a intensificação dos fluxos emigratórios.”

Segundo Targino, as diferenças no ritmo de crescimento das populações urbanas e rurais permitem dizer que, durante a década de 1990, consolidou-se a predominância urbana da população regional, que se concentrou nas cidades de médio e grande porte. “Apesar disso, em virtude do elevado contingente ainda existente de população rural no Nordeste, a tendência de evasão rural tende a prosseguir, motivada basicamente por fatores de expulsão, que continuam presentes na organização do espaço agrário regional.”

“O Nordeste continua sendo o principal pólo de emissão de migrantes inter-regionais. Dos 17 milhões de migrantes inter-regionais recenseados em 2000, 57% eram nordestinos. O saldo migratório negativo da região passou de 6,6 milhões, em 1991, para 8,8 milhões, em 2000.”

Ivan Targino Moreira
Economista da Universidade
Federal da Paraíba

Mobilidade inter-regional

O Nordeste continua sendo o principal pólo de emissão de migrantes inter-regionais. Dos 17 milhões de migrantes inter-regionais recenseados em 2000, 57% eram nordestinos. O saldo migratório negativo da região passou de 6,6 milhões, em 1991, para 8,6 milhões, em 2000. Para o professor da UFPB, é importante lembrar que, no último período intercensitário, o estoque de emigrantes nordestinos presentes nas

demais regiões cresceu a uma taxa anual de 3,02%, enquanto, entre 1980 e 1991, essa taxa foi de 1,89% ao ano.

O levantamento feito por Targino indica que a região Sudeste permanece sendo o principal destino dos migrantes nordestinos (70%). O segundo pólo mais importante de absorção desses emigrantes é a região Centro-oeste (14,4%), seguido de perto pela região Norte (12,9%). “Esses dados mostram que, apesar da importância das áreas de expansão de fronteira agrícola na atração sobre os fluxos emigratórios do Nordeste, elas podem ser consideradas secundárias quando comparadas à região Sudeste”, concluiu o professor da UFPB. Ele apontou as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro como os principais destinos dos nordestinos, o que denota, a seu ver, um caráter fortemente econômico na determinação dos fluxos migratórios. Já as regiões metropolitanas do Nordeste — Fortaleza, Recife e Salvador — absorvem, principalmente, migrantes procedentes dos próprios estados onde se situam e, em segundo lugar, dos demais estados da região, podendo ser consideradas como regiões metropolitanas de polarização intra-regional.

“Todos os estados do Nordeste apresentam saldo migratório negativo. Até o Maranhão, que, durante as décadas de 1960 e 1970, era um absorvedor líquido de migrantes, teve essa situação revertida a partir do fechamento da sua fronteira agrícola. Paraíba, Piauí e Pernambuco registram os maiores níveis de intensidade migratória (relação entre saldo migratório e população estadual): 23,27%, 18,70% e 16,56%, respectivamente”, revelou Targino.

O economista explicou que a prolongada crise do setor industrial brasileiro, o intenso processo de inovação tecnológica, as alterações na organização do trabalho e a realocação industrial, sobretudo das empresas com processos produtivos intensivos em trabalho, como as de calçados e vestuário, levaram a uma intensificação dos fluxos migratórios de retorno. Isso pode ser atestado, em sua opinião, pelo elevado percentual de crianças entre os imigrantes procedentes do Sudeste. “É importante destacar também que as migrações inter-regionais para as regiões metropolitanas apresentam um forte viés de seletividade. Em média, os emigrantes nordestinos detêm níveis de escolaridade e rendimento mais elevados do que os nordestinos que permanecem residindo em seus estados de naturalidade.”

A partir dos dados analisados, o professor da UFPB identificou um alto nível de mobilidade espacial da população regional. “Essa mobilidade tende a se acentuar, em decorrência da continuidade do êxodo rural, da migração procedente das pequenas

idades, cuja estrutura econômica é insuficiente para reter a sua população, e da intensificação dos fluxos inter-regionais, sobretudo aqueles que se destinam ao Sudeste”, concluiu Targino. “Constata-se também, por outro lado, um processo de esvaziamento populacional, sobretudo em determinadas zonas situadas na região semi-árida do Nordeste.”

O declínio da fecundidade

Os últimos anos confirmam a ampla tendência de redução dos níveis de fecundidade no Brasil como um todo e, em particular, no Nordeste. Esse processo, na opinião de Lára de Melo Barbosa, tem provocado profundas transformações na dinâmica demográfica brasileira e regional. Os dados mais recentes disponíveis reafirmam que esse declínio ocorreu de forma heterogênea entre as diversas regiões brasileiras, havendo primeiro uma redução entre os estratos populacionais economicamente mais abastados das áreas urbanas das regiões Sul e Sudeste, estendendo-se, posteriormente, às populações rurais das regiões Norte e Nordeste. “Os níveis de fecundidade da população nordestina ainda estão entre os mais elevados do país, uma vez que a região só ingressou no movimento nacional de redução do número de nascimentos nos anos 80”, apontou a demógrafa.

Segundo ela, embora o processo de redução da fecundidade no Nordeste esteja consolidado, a região mostra relativa defasagem temporal, que deve ser monitorada. São os níveis socioeconômicos da população, o estágio de desenvolvimento regional e o grau de distribuição dos bens e serviços sociais que fazem esse declínio ser diferente na região. “A diversidade regional, a importância relativa da população

“A mobilidade espacial da população regional tende a se acentuar, em decorrência da continuidade do êxodo rural, da migração procedente das pequenas cidades, cuja estrutura econômica é insuficiente para reter a sua população, e da intensificação dos fluxos inter-regionais, sobretudo aqueles que se destinam ao Sudeste. Constata-se também, por outro lado, um processo de esvaziamento populacional, sobretudo em determinadas zonas situadas na região semi-árida do Nordeste.”

Ivan Targino Moreira
Economista da Universidade
Federal da Paraíba

rural e o generalizado grau de pobreza da população nordestina são elementos determinantes para a ampla e persistente diferenciação dos níveis e padrões de fecundidade vigentes nas distintas áreas.”

“Com relação ao número médio de filhos por mulher, representado pela taxa de fecundidade total (TFT), identificamos uma redução bastante significativa no Nordeste, de mais de 25,3% em um intervalo de nove anos: a média de 3,6 filhos por mulher em 1991 caiu para 2,7 filhos por mulher em 2000. Também em nível estadual, os índices de fecundidade apresentam uma tendência de queda, embora as taxas variem bastante de estado para estado.”

Lára de Melo Barbosa
Demógrafa da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte

Para avaliar como ocorreu esse declínio no Nordeste, Barbosa procurou inicialmente levantar os níveis da fecundidade na região e em seus estados em dois momentos: 1991 e 2000. Ela estimou também o nível de fecundidade de cada uma das 188 microrregiões nordestinas para o ano 2000, baseando-se em dados dos censos demográficos de 1991 e 2000. Em uma segunda etapa, visou determinar os perfis socioeconômicos, demográficos e os níveis de fecundidade dos residentes das 188 microrregiões, na tentativa de identificar uma possível relação entre esses fatores.

“Com relação ao número médio de filhos por mulher, representado pela taxa de fecundidade total (TFT), identificamos uma redução bastante significativa no Nordeste, de mais de 25,3% em um intervalo de nove anos: a média de 3,6 filhos por mulher em 1991 caiu para 2,7 filhos por mulher em 2000”, informou a professora da UFRN. “Também em nível estadual, os índices de fecundidade apresentam uma tendência de queda, embora as taxas variem bastante de estado para estado. Na Paraíba, por exemplo, a taxa caiu em 30% de 1991 para 2000, enquanto no Ceará a queda foi de apenas 21,6% no mesmo período.”

A demógrafa explicou que seu estudo permitiu observar um padrão dilatado na fecundidade nordestina em 1991, em que mulheres de 20 a 29 anos contribuíam de forma expressiva para o total da fecundidade e aquelas com idade entre 20 e 24 anos apresentavam um peso maior ainda. Já em 2000, registrou-se uma alteração nesse padrão regional:

adolescentes com idade entre 15 e 19 anos contribuíram mais para a fecundidade total, aumentando sua participação em 8 pontos percentuais — chegando a 18% —, enquanto as mulheres acima de 35 anos participaram com valores percentuais cada vez menores ao longo do período.

“Isso indica um rejuvenescimento da curva de fecundidade nordestina”, afirmou Barbosa. “Esses resultados mostram-se compatíveis com o fato de que a diminuição da fecundidade resultante da regulação dos nascimentos ocorre preponderantemente nos grupos etários mais velhos. Ao longo do período 1991-2000, observa-se uma presença cada vez menor do grupo de 25 a 29 anos e uma ampliação da participação daquelas mulheres que têm entre 20 e 24 anos, ainda que a contribuição do grupo de 15 a 19 anos seja muitas vezes maior.”

Na avaliação da pesquisadora da UFRN, a distribuição das taxas de fecundidade entre os estados nordestinos também segue um padrão compatível com o esperado, mostrando uma alteração paulatina nos pesos proporcionais dos diferentes grupos etários. “Cabe destacar aqui dois casos especiais: o do Ceará, onde o padrão de fecundidade é reconhecidamente dilatado, mesmo para o ano de 2000, e o do Maranhão, onde a participação proporcional das adolescentes (15 a 19 anos) aumentou significativamente no período estudado, passando de 11,9%, em 1991, para 21,7%, em 2000.”

As curvas descritas pelos resultados censitários indicam, segundo a demógrafa da UFRN, uma alteração do padrão de fecundidade no Nordeste, onde a participação dos grupos etários mais jovens assume cada vez mais importância. Tal mudança é, em sua opinião, compatível com a ideia de uma regulação da fecundidade, exercida mais fortemente pelas mulheres de idade mais avançada.

“As curvas descritas pelos resultados censitários indicam uma alteração do padrão de fecundidade no Nordeste, onde a participação dos grupos etários mais jovens assume cada vez mais importância. Tal mudança é compatível com a ideia de uma regulação da fecundidade, exercida mais fortemente pelas mulheres de idade mais avançada.”

Lára de Melo Barbosa
Demógrafa da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte

O mapa das microrregiões

A demógrafa revelou que uma análise da dispersão espacial dos níveis de fecundidade nas microrregiões nordestinas permite identificar taxas de fecundidade total mais baixas na porção mais ao litoral do Nordeste, que vão gradativamente aumentando com o deslocamento para o interior. “A exceção são os estados do Maranhão e do Ceará, onde se encontram microrregiões no litoral com elevadas taxas de fecundidade”, afirmou. “Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco também apresentam características bastante peculiares: os bolsões de fecundidade mais elevada se localizam nas regiões agrestes dos estados. Já as regiões mais ao litoral e aquelas mais ao interior têm menores taxas de fecundidade.”

A partir desses dados, pode-se afirmar, segundo Barbosa, que o padrão espacial da fecundidade é bastante heterogêneo no Nordeste, com níveis de fecundidade maiores no norte da região e em algumas áreas do agreste de todos os estados. Por outro lado, em outras áreas, há microrregiões, como as capitais nordestinas, que concentram baixas taxas de fecundidade.

Perfis socioeconômicos

“Nosso levantamento nos permitiu identificar três perfis extremos de fecundidade associados às características socioeconômicas e demográficas das microrregiões nordestinas”, relatou a pesquisadora da UFRN. Ela esclareceu que, no primeiro, estão reunidas as microrregiões (seis) que apresentam percentuais intermediários de fecundidade e de desenvolvimento socioeconômico. No segundo perfil, enquadram-se as microrregiões (15) com os piores indicadores de condições de vida e desenvolvimento e os mais elevados níveis de fecundidade. “Aqui, verificam-se altos percentuais de pessoas empregadas no setor agrícola”, acrescentou a demógrafa. No terceiro perfil, encontram-se as microrregiões (16) que apresentam altos índices de desenvolvimento humano (educação, longevidade, grau de urbanização etc.) e os mais baixos percentuais de fecundidade e de trabalhadores do setor agrícola.

“Das 188 microrregiões nordestinas, 37 podem ser classificadas dentro de um desses perfis extremos”, explicou Barbosa. “As outras 151 apresentam pelo menos dois tipos de perfis e são denominadas microrregiões com perfis mistos”, completou. A pesquisadora disse ainda que 28,2% se encaixam no perfil de fecundidade mediana e intermediárias condições sociais; 20,7% nos perfis mistos com predominância desse primeiro; 18,1% no perfil de elevada fecundidade e precárias condições sociais; 6,9%

nos perfis mistos com predominância do segundo tipo; 18% no perfil de baixa fecundidade e boas condições sociais; 5,9% nos mistos com prevalência do perfil 3; e 2,1% das microrregiões (quatro) não foram incluídas em nenhum desses perfis, sendo classificadas como 'amorfos'."

Segundo a demógrafa, de um modo geral, os resultados mostram que 46,3% das microrregiões apresentam características predominantemente dos tipos 1 e 2. "Os dados nos permitem concluir que os piores índices de condições de vida estão associados a taxas de fecundidade elevadas."

Com relação ao padrão espacial da tipologia, o levantamento feito por Barbosa indica amplas diferenças intra-regionais; as condições mais precárias de vida e os altos níveis de fecundidade tendem a se concentrar no interior do Nordeste. Já as áreas mais ao litoral apresentam os indicadores sociais mais elevados, assim como reduzidos níveis de fecundidade. Vale destacar, na avaliação da pesquisadora da UFRN, o caso do Maranhão, que apresenta uma ampla mancha na área mais ao litoral do estado com uma população que tem precárias condições de vida e altos níveis de fecundidade. Embora existam no interior taxas de fecundidade elevadas e piores condições sociais, encontram-se bolsões de fecundidade mais reduzidos e melhores indicadores sociais.

"Parece clara a conclusão a que chegamos depois de levar em conta todos esses dados: uma forte associação entre alta fecundidade e piores condições socioeconômicas", comentou a demógrafa. "Analisando o padrão espacial da tipologia construída, observa-se que as microrregiões mais ao interior dos estados nordestinos apresentam características de fecundidade elevada e piores condições sociais. Por outro lado, identificam-se microrregiões mais ao litoral como aquelas detentoras dos mais baixos níveis de fecundidade e melhores condições sociais, excetuando-se as áreas localizadas mais ao norte da região, principalmente no Maranhão", completou. "Os resultados permitem identificar também que, no

"De um modo geral, os resultados mostram que 46,3% das microrregiões apresentam características predominantemente dos tipos 1 e 2. Os dados nos permitem concluir que os piores índices de condições de vida estão associados a taxas de fecundidade elevadas."

Lára de Melo Barbosa
Demógrafa da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte

interior de alguns estados, como Paraíba e Pernambuco, encontram-se bolsões de menor fecundidade e melhores condições de vida.”

“A perfeita compreensão das tendências de distribuição da população por idade é de fundamental importância no processo de delineamento e elaboração de políticas voltadas para o atendimento das demandas sociais, uma vez que cada política social tem um público-alvo determinado, diferenciado em termos de volume, ritmo de crescimento, composição e distribuição espacial pelo território.”

José Ribeiro S. Guimarães
Diretor de estudos e pesquisas
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia

Impacto nas políticas públicas

O coordenador do simpósio, José Ribeiro S. Guimarães, destacou que dados sociodemográficos, como os apresentados por Targino e Barbosa, são fundamentais para a realização de um planejamento urbano. Ele disse, porém, que é necessário muito cuidado na hora de interpretar essas informações, porque uma avaliação errada pode levar a uma condução equivocada das políticas públicas a serem adotadas.

Com relação ao estudo do crescimento demográfico, por exemplo, o diretor da SEI da Bahia apontou os fatores a serem levados em conta: fecundidade, mortalidade, imigração e emigração. “Como componentes endógenos do crescimento, entretanto, a fecundidade e a mortalidade costumam ter uma influência mais decisiva na definição da forma de tal estrutura”, advertiu, explicando que os níveis de fecundidade estabelecem o tamanho das novas gerações que vão se formando, e os níveis de mortalidade demarcam as possibilidades de sobrevivência dos indivíduos de diferentes gerações até idades mais avançadas. “Os movimentos de imigração ou de emigração, por sua vez, costumam acentuar ou arrefecer a influência de tais fatores, tanto sobre o ritmo de crescimento, quanto sobre a composição por idade e sexo.”

Segundo Ribeiro, a perfeita compreensão dessas tendências de distribuição da população por idade é de fundamental importância no processo de delineamento e elaboração de políticas voltadas para o atendimento das demandas sociais, uma vez que cada política social tem um público-alvo determinado,

diferenciado em termos de volume, ritmo de crescimento, composição e distribuição espacial ao longo do território. “Essa configuração demográfica dos públicos-alvos está estreitamente relacionada ao comportamento das necessidades e requerimentos de serviços das pessoas ao longo do ciclo de vida de indivíduos e famílias.”

A influência do ‘urbano’ e do ‘rural’ nas estatísticas

O diretor da SEI lembrou que se pode observar em todo o país a disseminação de análises demográficas que culminam em uma visão de que o Brasil é um país altamente urbanizado — com cerca de 82% da população residindo em áreas urbanas, conforme dados do censo demográfico de 2000 —, cuja contrapartida é a continuidade do histórico ‘êxodo rural’. O problema, em sua opinião, é que tais análises não levam em consideração diversas questões de ordem metodológica, concernentes à maneira de classificar, contar e divulgar as estatísticas demográficas da população brasileira. “A questão assume uma dimensão ainda maior pelo fato de as análises e conclusões equivocadas partirem de um leque bastante amplo de atores sociais com grande poder de influência sobre a opinião pública, que incluem desde jornalistas de grandes veículos de comunicação até renomados profissionais da área acadêmica.”

Ribeiro recordou que a vigente definição de ‘cidade’ é obra do Estado Novo. “Foi o Decreto-Lei 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, se

“Observa-se em todo o país a disseminação de análises demográficas que culminam em uma visão de que o Brasil é um país altamente urbanizado — com cerca de 82% da população residindo em áreas urbanas, conforme dados do censo demográfico de 2000 —, cuja contrapartida é a continuidade do histórico ‘êxodo rural’. O problema é que tais análises não levam em consideração diversas questões de ordem metodológica, concernentes à maneira de classificar, contar e divulgar as estatísticas demográficas da população brasileira.”

José Ribeiro S. Guimarães
Diretor de estudos e pesquisas
da Superintendência de
Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia

transformaram em cidades a partir de uma norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais”, reclamou, explicando que o que continua até hoje definindo a área urbana do município é a Lei do Perímetro Urbano, de competência exclusiva municipal, que serve tanto para fins urbanísticos quanto tributários.

“Há no momento uma demanda crescente por novas informações que deveriam ser incorporadas aos censos, assim como existe uma necessidade de discutir metodologias alternativas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). É importante usar adequadamente os indicadores disponíveis, para poder transformar informação em conhecimento.”

José Ribeiro S. Guimarães
Diretor de estudos e pesquisas
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia

“É esse perímetro urbano que indica o limite oficial entre as áreas urbanas e rurais”, observou o coordenador do simpósio. De acordo com o *Manual de delimitação dos setores de 2000*, do IBGE, área urbana é a ‘área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal’ e área rural é a ‘área externa ao perímetro urbano’. “Portanto, a separação entre as situações urbana e rural é definida por lei municipal em vigor na data de referência do censo demográfico.”

O êxodo rural

Segundo dados apresentados por Ribeiro, as maiores perdas de população rural foram registradas nos períodos de 1980 a 1991 (21,53%) e de 1991 a 2000 (39,12%). “Essa última perda, em apenas nove anos, foi a maior registrada desde a década de 1960”, informou, questionando, em seguida: “Mas quais os reais motivos do êxodo rural?”

Para ilustrar o tema, o diretor da SEI citou o caso de três distritos do município de Santa Maria (RS) que foram emancipados entre 1991 e 2000, transformando-se em novos municípios: São Martinho da Serra (em 1993), Itaara e Dirlemendo de Aguiar (ambos em 1997). “Obviamente, em decorrência dos desmembramentos, a população desses distritos, que foram recenseados em 1991 no município de Santa Maria,

já não integrava os mesmos no ano de 2000. Sem dúvida, esse processo influenciou o ‘êxodo’ e contribuiu expressivamente para o mencionado declínio de 39% ocorrido na

população rural de Santa Maria entre 1991 e 2000”, justificou. “De fato, os contingentes de população rural desses municípios perfaziam 8.526 pessoas em 1991 — praticamente o mesmo contingente de redução da população rural do município, observado entre 1991 e 2000 (8.399 pessoas).”

Lacunas e perspectivas

Para finalizar, Ribeiro lançou algumas questões que devem nortear a reflexão no campo das informações sociodemográficas: “Qual é o contexto atual? Quais os desafios? Quais as perspectivas?”, indagou. Segundo ele, no momento há uma demanda crescente por novas informações que deveriam ser incorporadas aos censos, assim como existe uma necessidade de discutir metodologias alternativas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Entre os desafios, o coordenador do simpósio destacou a importância de se usarem adequadamente os indicadores disponíveis, para poder transformar informação em conhecimento. E citou ainda como itens a serem melhorados a alocação de recursos, o acesso às informações e o conhecimento das limitações do sistema censitário.

Ribeiro acredita ser necessário discutir e articular um novo Sistema de Estatística Nacional (SEN), para que a Associação Nacional das Instituições de Planejamento (Anipes), o IBGE e os institutos estaduais mantenham uma relação harmoniosa. “Temos também que propor ações efetivas em prol da melhoria dos registros administrativos e disseminar novas técnicas de apoio à tomada de decisão baseada em indicadores”, concluiu.

T E M A S

- Medo e terror
- Grades da violência
- O grito dos excluídos
- Expressões da violência
- Uma população em movimento